

GOVERNO LULA

Para Nilmário, posição do Brasil sobre Cuba é correta

EM ENTREVISTA,
O SECRETÁRIO DE
DIREITOS HUMANOS
COMENTA VOTO
DO PAÍS NA ONU

O secretário especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, comentou em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, no último dia 18, a posição da diplomacia brasileira sobre Cuba. A delegação brasileira na Comissão de Direitos Humanos na ONU (Organização das Nações Unidas) absteve-se e declarou seu voto na discussão da proposta de envio de uma emissária à ilha, que recebeu 24 votos a favor, 20 contra e 9 abstenções. Leia a, a seguir, a íntegra da entrevista:

Por que o governo brasileiro optou por uma posição de abstenção em relação às execuções e à onda de repressão que estão acontecendo em Cuba?

Porque o governo acha que essa escolha de países, votada pela ONU, é seletiva. Alguns países apresentam casos onde há a violação dos direitos humanos e outros não. Existem alguns países onde existe a violação dos direitos humanos que jamais passariam pela ONU. O Estados Unidos são um exemplo. A ONU jamais passaria uma resolução condenando os Estados Unidos. O que eles estão fazendo com os prisioneiros em Guantánamo [base americana em Cuba] é uma violação das leis internacionais, e detona totalmente o Tribunal Penal Internacional. Mesmo assim, eles apresentam resoluções contra Cuba, contra a Coreia, e deixam de apresentar contra outros países que são aliados deles. É seletivo.

O sr. está dizendo que os critérios da ONU não são confiáveis?

O critério da ONU é muito político. Não é técnico para avaliar quem viola. Apesar de que é possível que os países apontados na resolução tenham violações. Mas por que só aqueles? Por que não outros? Os americanos não aceitam nenhuma inspeção da ONU, nenhuma inspeção internacional. Em contrapartida, eles pedem inspeções em outros países.

A abstenção não acaba sendo uma posição desfavorável a qualquer atitude da ONU?

O Brasil não vota a favor, mas também não vota contra. Abstenção é uma maneira de



O secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda

Confira a íntegra do voto

A delegação brasileira se absteve na votação do projeto de resolução sobre os direitos humanos em Cuba e, conseqüentemente, das emendas apresentadas ao texto, por entender que o tratamento de situações de países, no âmbito da CDH, não deve ser marcado pela seletividade ou ser objeto de politização. Não cremos que atitudes que levam ao isolamento, como embargo econômico sem respaldo em decisão multilateral, sejam produtivos.

O Brasil deseja reiterar a importância que atribui aos direitos humanos, para cuja defesa, promoção e

dizer que não aceita a violação dos direitos humanos, e ao mesmo tempo critica a seletividade. E reconhece avanços. É um voto correto.

Como vai ficar a relação Brasil-Cuba depois desses episódios? Alguma coisa vai mudar?

Acredito que não. Eu espero que Cuba elimine a pena

proteção são essenciais tanto a adesão plena e universal aos instrumentos multilaterais quanto o diálogo com a sociedade civil e com os mecanismos internacionais, sobretudo os da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Julgamentos baseados em ritos judiciais sumários em Cuba, inclusive os que levaram à aplicação de penas capitais, são causa de forte preocupação para o Brasil. Reafirmamos nossa posição contrária à pena de morte, bem como a necessidade da estrita observância por todos os países dos princípios de direito de defesa ampla, em processos judiciais transparentes. No nosso continuado diálogo com o governo desse país, estaremos expressando, de forma clara, esses pontos de vista.

de morte, e não só deixe de executar seus presos, mas elimine definitivamente a pena de morte da sua legislação. Espero que Cuba não condene pessoas por opiniões políticas. Infelizmente está acontecendo. Tem pessoas que fazem atos de terrorismo, que soltam bombas, dão tiros e matam. Mas ter opiniões polí-

ticas divergentes é muito diferente.

As relações entre os dois países não ficarão afetadas?

O Brasil mantém relação com vários países que violam os direitos humanos. Inclusive nós mesmos somos violadores dos direitos humanos. Só que o Brasil adotou a posição de transparência. Nós somos favoráveis a qualquer forma de inspeção internacional pela ONU. Nós geralmente convidamos essas instituições a visitar e inspecionar o Brasil e apontar nossas violações. Isso nos ajuda a corrigi-las. Em setembro nós vamos receber a relatora da ONU para grupos de extermínio, mesmo que, para nossa vergonha, ainda tenhamos que conviver com esses grupos em vários Estados do país. Um relator da ONU já esteve no Brasil e mostrou que a tortura aqui é endêmica. Acho que isso nos ajuda a combatê-la. Somos violadores, reconhecemos que somos, e queremos enfrentar isso. Essa postura deveria ser de Cuba, mas também dos americanos e de todos os países.

Fidel Castro esteve na posse do presidente Lula, participou de um churrasco e foi tratado com um amigo fraterno. Ficou claro que existe uma proximidade entre os dois presidentes. Isso vai mudar?

A relação entre os Estados deve prosseguir, como sempre esteve. Nós temos relações com todos os países que violam os direitos humanos e nunca rompemos relações com ninguém por causa disso. O Brasil chegou a dar uma condecoração ao Alberto Fujimori, que hoje está sendo tratado como um criminoso internacional. Eu acho que o Brasil não deve interromper suas relações com países que violam os direitos humanos.

Esses últimos acontecimentos não criam um mal-estar entre os brasileiros?

Cada país sabe e é responsável pelo que faz. Quem toma as posições tem que estar disposto a receber críticas e cobranças. Mas isso não altera as minhas posições em relação ao país. Quando estava em Genebra, fui convidado informalmente para ir a Cuba. E irei quando puder. Temos que ver que Cuba também tem avanços nos seus direitos sociais. As mulheres e crianças são muito respeitadas lá, não há discriminação étnica nem racial. O presidente do Supremo Tribunal Federal é um negro. Não existe tratamento cruel nas prisões.

OPINIÃO

Previdência: uma reforma justa e necessária

O sistema de Previdência do Brasil é injusto e iníquo, não garante a dignidade da grande maioria dos aposentados e prejudica todos os contribuintes. Os únicos beneficiários desse sistema são uma pequena minoria de aposentados, provenientes de categorias do funcionalismo público, que constituem grupos especiais de privilegiados. Os números que comprovam as distorções e os privilégios do sistema são de causar espanto e indignação. Por isso, a reforma previdenciária que o governo e o PT propõem, além de ser necessária, é imperativa, no sentido de se restaurar a justiça e a equidade.

O regime geral de Previdência do INSS (iniciativa privada) arrecada, anualmente, R\$ 71 bilhões e gasta R\$ 88 bilhões, totalizando um déficit de R\$ 17 bilhões. Esse sistema é composto de 21 milhões de aposentados, dentre os quais 13 milhões recebem apenas um salário mínimo. A média de aposentadoria do setor privado é de apenas R\$ 389,14.

O regime de Previdência do setor público federal, constituído de 952 mil aposentados, arrecada R\$ 21,8 bilhões e gasta R\$ 61 bilhões, proporcionando um déficit de R\$ 39,2 bilhões por ano. Além do alto déficit, o sistema público se decompõe em vários grupos de aposentados, com diferentes gradações nas médias de aposentadorias. A média de aposentadoria do serviço público federal civil do Executivo é de R\$ 2.282; do Ministério Público da União, de R\$ 12.571; do Legislativo, de R\$ 7.900; do Judiciário, de R\$ 8.027; e dos militares, de R\$ 4.275.

Os números mostram, em primeiro lugar, a brutal diferença das aposentadorias do setor privado em relação às do setor público. Em segundo lugar, diferenças significativas entre os aposentados do próprio setor público. Se levarmos em conta que 85% das aposentadorias do setor público não chegam a R\$ 2.000, fica fácil concluir que há uma minoria de privilegiados, responsável pela absorção dos enormes desembolsos que o governo precisa fazer para cobrir o déficit. Algumas dessas aposentadorias chegam a ultrapassar R\$ 50 mil por mês.

A proposta de reforma procura estabelecer uma Previdência justa e universal para todos, com um piso de R\$ 240 e um teto de R\$ 2.400. Na medida em que o teto vigente hoje é de R\$ 1.561,56, a sua elevação para R\$ 2.400 beneficiará, principalmente, os trabalhadores da iniciativa privada. Definido o teto igual para o setor público e o setor privado, para quem entra agora no serviço público a proposta de reforma garante ainda a instituição de um sistema complementar de Previdência, semelhante ao que existe em algumas empresas estatais.

Propõe-se ainda elevar a idade mínima de aposentadoria do setor público, de 53

anos para 60 anos para os homens e de 48 anos para 55 anos para as mulheres. Para os servidores que estão na ativa hoje propõe-se que, se aderirem a esse novo limite de idade, incorporem benefícios ao ano, impedindo assim uma aposentadoria precoce e a volta de muitos desses servidores aposentados ao mercado de trabalho, seja no setor público ou no privado.

Os militares, por sua vez, em decorrência da especificidade de suas funções, mantêm um regime especial de aposentadoria. Alguns exageros, no entanto, serão cortados. Será definido o fim da pensão vitalícia para os filhos e filhas de militares, e o período em que o aspirante fica na escola preparatória e no colégio militar deixará de ser contado para efeito de aposentadoria, já que não há contribuição. Os militares aposentados continuarão a contribuir com 7,5% de seus proventos.

Um dos pontos mais polêmicos da reforma é a taxa dos inativos em 11%, a partir da isenção de R\$ 1.058. Essa contribuição solidária fundamenta um princípio de justiça social, que visa tornar mais equitativo o sistema e visa garantir sua sustentabilidade. A taxa, para quem ganha cinco ou mais salários, obedece também a um ditame distributivista.

Se a reforma for aprovada, pela primeira vez, o Brasil terá uma Previdência única e universal, com piso e teto. Será um sistema justo e sustentável economicamente, capaz, no futuro, de incorporar cerca de 40 milhões de brasileiros, que hoje estão na informalidade e desprovidos da chance de proteção. A reforma poderá criar condições de garantir também que os idosos que têm mais de 70 anos e que não têm como provar a contribuição recebiam o piso da aposentadoria. Calcula-se que hoje são 12 milhões de pessoas nessa condição.

A reforma da Previdência é, assim, uma questão de justiça e de equidade. Mas é também uma questão fiscal. Se o seu déficit for diminuído ao longo do tempo, sobrarão mais recursos para investir em áreas sociais e na retomada do desenvolvimento e da geração de emprego.

Quem postula uma posição de esquerda não pode ser contra a reforma da Previdência, já que ser de esquerda significa lutar pela justiça, pela igualdade e contra os privilégios. É incompatível definir-se de esquerda e defender um sistema previdenciário iníquo e injusto. É incompatível ser de esquerda e defender grupos de privilegiados. Esses grupos, em nome de supostos direitos, não podem bloquear uma reforma que visa, justamente, garantir e universalizar direitos. Universalizar direitos, no caso da Previdência, significa suprimir privilégios.

José Genoio é presidente nacional do PT



O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

- 1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Ana Troccoli

FOTOS
Agência Brasil, André Conti Cesar Ogata e Instituto FMLN

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br
Tiragem: 8.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Neo Graf

GOVERNO LULA

Nos EUA, Palocci defende social

MINISTRO DA FAZENDA PARTICIPOU, EM NOVA YORK, DE REUNIÃO COM EMPRESÁRIOS E BANQUEIROS

O *Jornal do Brasil* trouxe no último dia 20 a íntegra da palestra do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, a empresários e banqueiros de Nova York, no último dia 15. O pronunciamento está baseado no recente documento "Política Econômica e Reformas Estruturais", divulgado pelo ministério no dia 10. Confira o discurso de Palocci:

Este é um momento de grandes desafios para a economia brasileira. Nosso país apresenta um crescimento medíocre há mais de duas décadas. Há mais de duas décadas convivemos com surtos curtos de expansão econômica seguidos de pressões inflacionárias ou crises externas. Há mais de duas décadas nosso setor produtivo vive apreensivo, premido pelas restrições de crédito, altas taxas de juros no mercado de crédito privado e incerteza sobre a demanda futura.

Retomar uma trajetória de crescimento estável e sustentável, reduzindo a volatilidade observada da nossa economia, é um dos principais desafios do novo governo. A extensão da estabilidade às demais variáveis econômicas e a retomada do crescimento econômico sustentável são o desejo de todos, porém não apenas o resultado da vontade dos gestores da política econômica. Construir alicerces estáveis para a obtenção desses objetivos é nosso compromisso na gestão do Ministério da Fazenda.

Alguns dos alicerces são por todos conhecidos: ajuste definitivo das contas públicas intertemporais. Disciplina fiscal, infelizmente, não fez parte da tradição de política econômica até bem pouco tempo. O Estado brasileiro, durante décadas, contraiu compromissos maiores que se revelaram incompatíveis com os recursos disponíveis. E todos conhecemos os custos econômicos e sociais do ajuste traumático das contas públicas, seja via inflação, seja uma relação crescente dívida/PIB que se revela insustentável no longo prazo. É compromisso inabalável deste governo jamais compactuar com esses mecanismos espúrios de ajuste das contas públicas.

O atual governo tem reiterado seu compromisso com a definição de regras estáveis de condução de política econômica. Desde a transição para o atual governo, a política macroeconômica tem sido anunciada e, posteriormente, implementada com o objetivo de alcançar um ajuste sustentável das contas públicas, preservando o regime de livre flutuação do câmbio e as metas de inflação, portanto sem aumentos temporários na arrecadação. Este ajuste deve ser capaz de produzir superávits primários suficientes para assegurar a redução da relação dívida/PIB ao longo dos próximos anos, garantindo a redução

dos gastos com serviço da dívida e a redução sustentável das taxas de juros, permitindo a retomada do investimento privado e o crescimento sustentável de longo prazo.

A atual política econômica começa com o compromisso do novo governo de honrar os contratos firmados pelo Brasil, inclusive os de dívida, e resolver a armadilha constituída pelo alto valor da dívida e outros passivos públicos em relação ao nosso produto.

Nesse sentido, o novo governo tem como primeiro compromisso da política econômica a resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas. A ruptura com o passado de ausência de disciplina fiscal não pode ser baseada em arrecadações temporárias nem na expansão sem freio de contribuições em cascata que distorcem o sistema de preços relativos. Essa mudança exige o ajuste sustentável das contas públicas, com gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, assim como reformas estruturais que assegurem o equilíbrio de longo prazo do orçamento público e permitam a retomada do investimento do governo em infraestrutura e expansão dos gastos sociais.

A importância do ajuste fiscal de longo prazo não pode ser subestimada. Caso o governo brasileiro tivesse realizado um superávit primário de 3,5% do PIB ao ano durante os últimos oito anos, a relação dívida/PIB hoje seria a metade da observada, mantidas todas as demais condições, inclusive as políticas cambial e monetária adotadas durante o período 1995-1998.

Para escapar da armadilha resultante da elevada relação dívida/PIB, conjugada com uma conjuntura internacional restritiva, uma das tarefas do governo é a execução de uma política fiscal sólida nos próximos anos que traga consistência de médio e longo prazo às contas públicas, e uma melhoria da qualidade do ajuste fiscal realizado nos últimos anos. Para isso, são necessárias medidas que produzam superávits primários, neste e nos próximos exercícios, suficientes para reduzir a relação dívida/PIB e, portanto, os gastos futuros com o serviço da dívida. Pretende-se que o atual nível da relação dívida/PIB caia para valores inferiores a 40% no longo prazo, de modo a reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira a choques domésticos e externos.

Uma indicação clara de consistência das políticas na área fiscal contribuirá para a queda no prêmio de risco do Brasil e do próprio custo da dívida doméstica e externa. O equacionamento da questão fiscal também permitirá ao governo seguir



O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, durante reunião em Brasília

políticas fiscais contracíclicas, financiando a queda de receitas e os aumentos de despesas que naturalmente ocorrem em recessões com superávits acumulados durante períodos de maior expansão. Dessa forma, o governo irá deixar de contribuir para o agravamento dos ciclos econômicos. Além disso, a política contracíclica cria condições para o aumento relativo dos gastos sociais precisamente nos períodos de retração econômica, quando estes gastos têm maior impacto no bem-estar social.

Essa política já está dando resultados. No acumulado do 1º bimestre de 2003, o Tesouro Nacional alcançou um resultado primário positivo de R\$ 11 bilhões, equivalente a 4,5% do PIB estimado para o período, e R\$ 2,4 bilhões superior ao resultado obtido no mesmo período de 2002. Esse valor supera, inclusive, a meta para o resultado primário do Governo Central, prevista no acordo com o Fundo Monetário Internacional, para o primeiro trimestre de 2003.

Não obstante a grave crise de credibilidade de que o Brasil foi vítima no segundo semestre do ano passado, a situação econômica vem evoluindo de modo surpreendente em relação à vulnerabilidade externa. O ajuste da economia doméstica frente à retração dos créditos externos ocorreu essencialmente via ajuste dos preços relativos, com a forte depreciação da taxa de câmbio, sem redução significativa da atividade econômica, ao contrário do que ocorreu em outros países emergentes que experimentaram crises externas nos últimos anos. O ajuste pela depreciação da taxa de câmbio, entretanto, resultou em pressões sobre a taxa de inflação no último trimestre do ano passado. Antecipando a condução da política econômica frente a esse problema, o Relatório da Transição afirmou o compromisso do governo em não provocar bolhas de crescimento econômico a partir de uma permissividade perigosa com a inflação, a qual reduz a renda real dos grupos mais pobres e compro-

mete o crescimento sustentável de longo prazo da economia.

A consistência da política econômica adotada pelo governo tem permitido a melhora das expectativas de médio prazo da economia brasileira, mesmo neste período de incerteza do cenário internacional e com os graves problemas que herdamos. Como consequência da melhora na solidez das contas públicas, os títulos da dívida interna e externa brasileira nos mercados secundários apresentaram significativa valorização nos últimos meses, refletindo a queda dos nossos prêmios de risco.

Os C-Bonds acumulam valorização de 18% ao longo do ano. Esses títulos, que eram negociados a 67% do seu valor de face nos primeiros dias do ano, estão sendo negociados agora a mais de 80% de seu valor de face. Quanto aos títulos da dívida interna, verificou-se simultaneamente uma queda do custo de rolagem da dívida e um aumento do prazo de maturação dos títulos. Entre 6 de março e 1º de abril de 2003, as taxas aceitas nos leilões de LTNs com vencimento em outubro caíram de 28,07% para 26,81% ao ano. O percentual da dívida pública mobiliária federal com prazo de vencimento inferior a 12 meses diminuiu de 39% em dezembro de 2002 para 37,5% em março deste ano. A queda do prêmio de risco, assim como a queda do custo de rolagem dos títulos do Tesouro, tem se refletido na queda das taxas futuras de juros. Em 30 de dezembro de 2002, o mercado projetava para dezembro de 2003 uma taxa de juros de 28,5% ao ano. Em 2 de abril de 2003, a projeção do mercado para os juros de dezembro tinha se reduzido para em torno de 26%.

O ajuste saudável das contas do setor público de longo prazo — necessário à redução da relação dívida/PIB e consequente recuperação da capacidade de investimento dos setores público e privado — tornam imprescindíveis as reformas estruturais. Algumas delas, como a reforma da Previdência, tendem a produzir

impactos diretos sobre as contas do setor público. Outras reformas e projetos — reforma tributária, autonomia operacional do Banco Central e reforma do mercado de crédito — terão reflexos positivos para o funcionamento da economia, acelerando o ritmo do crescimento do produto.

A compatibilização da política macroeconômica com reformas institucionais que estimulem a retomada do investimento público e privado e a geração de empregos com políticas sociais eficazes no combate à desigualdade é o eixo central da política econômica do governo: estabilidade econômica com retomada do crescimento em bases sustentáveis e maior justiça social.

Essas reformas se somam as reformas estruturais do mercado de crédito. Essas reformas têm como objetivo expandir este mercado e reduzir os spreads cobrados do setor privado de modo a viabilizar o aumento do investimento privado. As políticas de governo terão também como objetivo incentivar o aumento da produtividade e a expansão tanto do mercado interno quanto do nosso volume de comércio com o exterior, reduzindo a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

As medidas econômicas do governo terão consequências positivas sobre as três fontes de crescimento sustentável: o aumento do capital físico instalado, o aumento da qualidade da força de trabalho e o aumento da produtividade.

O ajuste permanente das contas públicas terá impactos positivos sobre a taxa de investimento da economia. Por um lado, a redução da necessidade de financiamento do setor público viabilizará a redução do prêmio de risco dos títulos da dívida pública, permitindo a queda da taxa real de juros de longo prazo, a expansão do mercado de crédito privado e o aumento da taxa de investimentos do setor privado na economia.

As políticas de estímulo ao aumento da corrente de comércio exterior terão como consequência gerar novas oportunidades de in-

vestimentos para o setor privado e reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos. Políticas de estímulo ao desenvolvimento tecnológico terão impactos positivos tanto sobre a taxa de investimento quanto sobre a produtividade, além de uma melhor inserção da economia brasileira no comércio exterior. Esta é uma base importante da nova política de desenvolvimento: identificação de áreas estratégicas e dinâmicas em que ganhos de vantagens comparativas podem ser obtidos com aumentos de produtividade e desenvolvimentos tecnológicos combinados com a diversificação da pauta exportadora.

As reformas tributária e previdenciária, em conjunto com investimentos em treinamento e qualificação profissional, estarão voltadas a estimular uma migração progressiva de grande número de trabalhadores para o setor formal da economia, justamente onde sua produtividade é maior, e melhorar as condições de vida das populações mais carentes. O aumento da eficácia das políticas sociais do governo terá impacto sobre as condições de vida dessa população, em particular quanto aos indicadores de saúde e de educação.

A melhoria das condições de vida e dos indicadores de saúde e educação tem impactos positivos sobre a produtividade e salário do trabalhador e a renda de longo prazo da economia. A melhoria da focalização e da eficiência dos programas sociais do governo, ao permitir reduzir a fração dos grupos mais pobres, atende a critérios de justiça social e tem impactos significativos no comportamento da economia brasileira. A redução da desigualdade diminui a possibilidade de conflitos sociais e os índices de violência, cuja relação com a desigualdade vem sendo gradualmente corroborada por estudos empíricos, inclusive no caso brasileiro. Dessa forma, reduções na desigualdade resultam em melhorias do bem-estar social e do ambiente econômico, estimulando o investimento no longo prazo.

Estudos recentes apontam a existência de impactos negativos da desigualdade e de baixos indicadores de escolaridade e acesso a bens e serviços básicos, como saúde, sobre o investimento e o crescimento econômico. De modo geral, países com melhor acesso à educação e saúde tendem a apresentar maior renda per capita no longo prazo. Existe também evidência empírica de que economias mais desiguais apresentam maior sensibilidade a choques externos de oferta, positivos ou negativos.

Dessa forma, o enfrentamento dos problemas sociais deve ser visto como parte central do programa econômico do governo e não como componente adicional, constituindo-se em fator fundamental para a retomada do crescimento em bases sustentáveis e socialmente mais justas.

INTERNACIONAL

FMLN acompanha passos do PT

ESQUERDA CRESCE EM EL SALVADOR E VAI DISPUTAR A PRESIDÊNCIA NO ANO QUE VEM

Por Walter Venturini

Originária da guerra civil em El Salvador, a FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) pode ser considerada como o partido latino-americano de esquerda que tem perfil mais próximo ao do PT. A ex-organização guerrilheira se transformou em partido político após o acordo de paz firmado 11 anos atrás e vem registrando contínuo crescimento eleitoral. Maior força política de El Salvador na atualidade, a FMLN se prepara para disputar as eleições presidenciais em 2004.

Ernesto Zelayandia Cisneros é dirigente nacional da FMLN e teve papel importante na transformação da organização de movimento armado para partido político. Em setembro de 1985, ele chegou ao Brasil para ser o representante político da FMLN no país. Acompanhou as primeiras campanhas eleitorais disputadas pelo PT, principalmente a de 1989.

“Para nós, a experiência do PT sempre foi muito interessante, pela criatividade, pela propaganda, pelas campanhas, que saíam do lugar comum dos partidos de esquerda”, disse Cisneros, que está em visita ao Brasil nesta semana, junto com uma comitiva de dirigentes da FMLN. Acompanham-no Oscar Ortiz, prefeito de Santa Tecla e apontado como provável candidato a presidente; Orlando Mena, prefeito de Santa Ana, a segunda cidade do país; Luz Estrella, prefeita de Apopa, município da Grande San Salvador, a capital salvadorenha, e o empresário Rogério Cervantes, representantes da iniciativa privada na FMLN.

Acordo de paz

O que Ernesto Cisneros viu no Brasil quando era o “embaixador” da FMLN causou boa impressão. Ele voltou para El Salvador em 2 de janeiro de 1992, quatro dias antes da assinatura do acordo de paz. “Apesar da FMLN ser um movimento armado com ampla base popular, sempre pensou em uma solução política. Desde o início da guerra civil, defendemos uma proposta de solução política para o conflito, que passava por um governo de ampla participação e que fizesse mudanças nas estruturas política e socioeconômica”, afirma Cisneros. O dirigente conta que o acordo de paz possibilitou uma reforma eleitoral e outra militar, que tirou o poder institucional das Forças Armadas.

Também houve uma reforma na estrutura da polícia salvadorenha, que passou a adotar uma atuação baseada no respeito aos direitos humanos. Muitos antigos combatentes da FMLN integraram a nova polícia de El Salvador. A organização de esquerda fez um grande esforço político para a nova vida institucional do país e para seus 8.500 militantes, um contingente considerável em uma população de aproximadamente 6 milhões.

“Foi um processo muito



Manifestantes durante ato da FMLN, do presidenciável Oscar Ortiz (no alto)

complexo. Logo após o acordo, em 1992, a FMLN aparecia nas pesquisas de opinião pública com uma adesão de 2% a 5% dos eleitores”, conta Cisneros. Dos 11 partidos políticos inscritos para a disputa das eleições gerais (para presidente, prefeitos, deputados e vereadores), a Arena, partido de direita, ligado à repressão na época da guerra civil, aparecia como primeira força política. Em segundo lugar surgia a Democracia Cristã, tradicional agrupamento salvadorenho de centro-direita. A FMLN aparecia como a terceira ou quarta força eleitoral.

Maior partido

Por ter conhecido de perto a experiência do PT, Ernesto Cisneros foi convidado a coordenar a campanha presidencial do candidato apoiado pela FMLN, Rubens Zamora, da Convergência Democrática, em 1994. Zamora ficou em segundo lugar, foi ao segundo turno com o candidato da Arena e obteve cerca de 33% dos votos.

Naquela eleição, a FMLN se consolidou como segunda força política de El Salvador com 23% dos votos. Elegeram 21 dos 84 deputados da Assembleia Legislativa, o Congresso salvadorenho, além de 14 prefeitos. Três anos depois, elegeram o prefeito de San Salvador, a capital, até hoje administrada pela FMLN.

Nas eleições de 2000, a FMLN elegeram 80 dos 262 prefeitos do país. Este ano, conquistou 74 prefeituras, muitas das quais em reeleições. Nove dos eleitos passam a administrar a partir de 1º de maio as maiores e mais importantes cidades do país. Hoje, a FMLN é o maior partido político de Salvador, com 31 deputados (o segundo, a Arena, que ainda governa o país, caiu de 29 para 27 parlamentares).

Crise

Derrotada nas eleições de março de 2003 e preocupada com a disputa presidencial do ano que vem, a Arena passou a defender parcialmente bandeiras da oposição, inclusive as da FMLN, como a revisão

da América Central existe atualmente uma política bastante servil aos Estados Unidos, que hoje negociam um tratado de livre comércio com a região. “A FMLN critica esse modelo de livre comércio, mas acredita que deva participar da discussão com propostas. Temos de pensar como governo e ter iniciativas políticas. Hoje já existem empresários em El Salvador que acreditam que o governo negocia com os EUA sem defender os interesses nacionais”, disse Cisneros.

Emigrantes

Assim como o México, embora em menor escala, El Salvador também recebe as “maquiladoras”, empresas geralmente norte-americanas que importam componentes para apenas montá-los e revendê-los para o país de origem, aproveitando a mão-de-obra barata. “A elite salvadorenha não aposta na produção, mas apenas no comércio, no consumismo”, afirma Cisneros. O dirigente conta que atualmente existe um intenso debate entre a militância política de alianças e governabilidade.

Outro sinal da crise em El Salvador e na região é o fato de atualmente viverem nos Estados Unidos cerca de 2 milhões de salvadorenhos, responsáveis pelo envio, no ano passado, de US\$ 1 bilhão a seus parentes. A principal atividade econômica do país, a cafeicultura, exportou aproximadamente US\$ 400 milhões. A balança comercial é deficitária.

“O país está dolarizado e, caso deixasse de receber o dinheiro dos emigrantes que estão nos Estados Unidos, entraria em colapso”, avalia Cisneros, para quem nas eleições de março de 2004 a FMLN vai representar a esperança contra o medo e a crise.

da privatização do setor de energia elétrica (por causa das altas tarifas), o aumento das pensões previdenciárias, a criação de um pacto entre governo, sindicato e empresários para gerar mais empregos e aumentar o salário mínimo, além da defesa da cafeicultura, que passa por uma crise, com os produtores endividados.

“A FMLN foi contra a política neoliberal e de privatizações. Por isso, hoje é a esperança da população para as mudanças. Agora temos o desafio de fazermos bons governos, atuar de forma diferente no parlamento e nos municípios”, ressalta Ernesto Cisneros. Na visita ao Brasil, a comitiva da FMLN conheceu a experiência administrativa do PT nas cidades de Santo André, Piracicaba e São Paulo. O trabalho da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT despertou especial interesse de Cisneros, que pretende propor à FMLN a adoção de estrutura semelhante.

Ele avalia que nos gover-

El Salvador quer adotar Bolsa-Escola

Prefeitos de El Salvador contarão com o apoio do Ministério da Educação para adotar o programa Bolsa-Escola em seus municípios, informou a Agência Brasil. “Queremos utilizar a experiência brasileira para aproveitar o melhor deste programa e evitar os erros”, explicou o prefeito de Santa Tecla, Oscar Ortiz, da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), após encontro com o ministro Cristovam Buarque, no dia 17, em Brasília.

Ortiz, que é cotado para disputar a Presidência de El Salvador no ano que vem, também esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele integrou comitiva da FMLN que passou uma semana no Brasil.

Os prefeitos da FMLN decidiram convidar dois especialistas do MEC para visitar o país, no próximo mês, com o objetivo de trocar informações que possibilitará adequar o Bolsa-Escola a realidade salvadorenha.

A idéia é que o programa ofereça inicialmente mais de 3.000 mil bolsas em dez municípios. Segundo Ortiz, a implantação de uma iniciativa como a brasileira poderá evitar a evasão escolar, principalmente na zona rural, onde a situação é mais crítica.

No encontro com Lula, no Palácio do Planalto, os representantes da FMLN conversaram sobre a experiência do PT nas campanhas eleitorais brasileiras. “O sucesso da eleição de Lula é para nós um referente em termos de campanha eleitoral no próximo ano”, afirmou Ernesto Zelayandia, deputado eleito no ano passado.

Ortiz, por sua vez, revelou sua admiração pelo presidente brasileiro e pela administração do PT. “O que conhecemos não só sobre a campanha, mas sobre o que já foi feito nos cem dias do governo, é bastante atinado”, afirmou o presidenciável.

Vitória

Em março, a FMLN foi o partido vitorioso nas eleições em El Salvador, ao reeleger seus 84 prefeitos e conquistar mais 13 municípios (de um total de 262 no país). A capital, San Salvador, é governada pela Frente desde 1997, e o partido comanda 9 dos 10 municípios mais povoados e de maior concentração econômica. Em 1994, o partido administrava 2% da população, índice que subiu na eleição seguinte para 51%.

A FMLN teve uma vitória também na Câmara dos Deputados, aumentando sua bancada de 28 para 31, mas não terá a maioria, já que a Arena conta com apoio do Partido de Reconciliação Nacional (PCN), de ex-militares, somando juntos 44 cadeiras.

TRABALHO

CUT faz eventos no 1º de Maio

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) vai realizar na Grande São Paulo, uma série de eventos para a comemoração do 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Haverá uma série de eventos. O presidente nacional do PT, José Genoino, confirmou presença em pelo menos dois eventos, em Mauá (ABC paulista) e em Campo Limpo, zona sul de São Paulo. Confira a programação:

Cachoeirinha, com apoio Afubesp. Local: av. Inajar de Souza com av. General Penha Brasil. Horário: após 8h, com atividades esportivas, e ato das 13h às 19h, com presença de Grupo

Casa Nossa, RZO, Raízes Rasta e grupos locais.

Campo Limpo, com apoio Sinergia. Local: largo do Campo Limpo, rua Professor Conrado de Deo, em frente à catedral. Horário: 9h às 14h, com presença de Leci Brandão, capoeira e feira de artesanato.

Capela do Socorro, apoio do sindicato dos jornalistas. Local: largo São José, praça José Schunck (altura do nº 4.850 da av. Teotônio Vilela). Horário: 13h às 18h, com presença de Francis Lopes, Helder Lopes, Walimir Meireles e Magia da Cor.

Cidade Tiradentes, apoio Apoesp. Local: final

da av. dos Metalúrgicos, ao lado do Posto Glória. Horário: 13h às 18h, com presença de Eliana de Lima, rappers e escolas de samba.

Itaquera, apoio do sindicato dos metroviários e Sintaema. Local: av. Virginia Ferni, altura do nº 800, Cohab José Bonifácio. Horário: início às 9h, com culto ecumênico, e ato das 13h às 18h, com presença de Almir Guineto, Germano Mathias, Caravana da Saudade e grupos locais.

Sapopemba, apoio sindicato dos químicos. Local: av. Vilanova Artigas, altura do nº 1.800, Cohab Teotônio Vilela. Horário: 13h às 18h, com

Leci Brandão, Raí dos Teclados e rappers.

ABC/Mauá. Local: av. Portugal. Horário: 13h às 18h, com presença de Zé Geraldo, Fala Mansa e grupos locais.

Guarulhos, com apoio CUT-Guarulhos. Local: av. Joaquina de Jesus, praça 8, Varejão do Taboão. Horário: 15h às 19h, com presença de Negritude DJ Hum, Thaíde e Besouro Mangangá.

Osasco, apoio CUT-Osasco. Local: av. Sarah Velloso com av. Dolores Lupiano Moiola. Horário: 14h às 18h, com presença de Soweto, Thaíde, Peixelétrico e Evil Lord.